



PROJETO DE LEI Nº 386 / 2025

À SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
PARA SUA TRAMITAÇÃO  
Em 17 / 12 / 25  
Presidente

Institui ações integradas de suporte emocional e psicológico a adolescentes grávidas em situação de vulnerabilidade social, com atuação prioritária nas escolas públicas, unidades de saúde e serviços socioassistenciais do Estado do Acre, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam instituídas, no âmbito do Estado do Acre, ações integradas de acolhimento, suporte emocional e acompanhamento psicológico destinadas a adolescentes que vivenciam a gravidez na adolescência, com prioridade para aquelas em situação de vulnerabilidade social.

**Parágrafo único.** As ações previstas nesta Lei têm caráter assistencial, preventivo e protetivo, não constituindo estímulo à gravidez precoce.

**Art. 2º** As ações de que trata esta Lei terão como objetivos:

- I – garantir acesso facilitado a apoio psicológico e emocional;
- II – reduzir riscos de sofrimento psíquico, ansiedade, depressão e abandono escolar;
- III – orientar sobre cuidados com a saúde, o pré-natal e o autocuidado emocional;
- IV – fortalecer vínculos familiares e redes de apoio comunitárias;
- V – promover informação responsável e prevenção de novas situações de vulnerabilidade.

**Art. 3º** As ações previstas nesta Lei serão executadas, prioritariamente, nos seguintes espaços públicos e conveniados:

- I – escolas públicas estaduais;
- II – unidades básicas de saúde e demais serviços da rede pública de saúde;
- III – Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e CREAS;
- IV – outros serviços socioassistenciais que atendam adolescentes e jovens.



**Art. 4º** O suporte emocional e psicológico poderá ocorrer por meio de:

- I – atendimento individual ou em grupo;
- II – rodas de escuta e acolhimento;
- III – orientação psicossocial;
- IV – encaminhamento para serviços especializados, quando necessário.

**Art. 5º** Terão prioridade de atendimento as adolescentes:

- I – matriculadas na rede pública de ensino;
- II – inscritas em programas sociais ou atendidas pelo CRAS;
- III – em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- IV – com risco de evasão escolar ou fragilidade de apoio familiar.

**Art. 6º** A execução das ações previstas nesta Lei poderá ocorrer mediante:

- I – utilização de profissionais já integrantes das redes públicas de saúde, educação e assistência social;
- II – parcerias com universidades, programas de residência, estágios supervisionados e projetos de extensão;
- III – cooperação com entidades filantrópicas, organizações da sociedade civil e instituições sem fins lucrativos.

**Art. 7º** Sempre que possível, as ações previstas nesta Lei deverão ser articuladas com:

- I – acompanhamento pré-natal;
- II – serviços de saúde mental;
- III – ações de permanência e retorno escolar;
- IV – programas de orientação e prevenção da gravidez na adolescência.

**Art. 8º** A implementação desta Lei dar-se-á sem criação de cargos ou despesas obrigatórias, podendo ser realizada por meio da reorganização de fluxos, uso de estruturas existentes e parcerias institucionais.




**Art. 9º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, observadas a disponibilidade administrativa e a capacidade operacional dos órgãos competentes.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Deputado Francisco Cartaxo”

15 de dezembro 2025

  
Adailton Cruz  
Deputado Estadual – PSB





## JUSTIFICATIVA

A gravidez na adolescência, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, costuma vir acompanhada de sofrimento emocional, insegurança, estigmatização e risco elevado de abandono escolar. Muitas adolescentes enfrentam esse processo sem apoio psicológico adequado, o que compromete sua saúde mental, suas relações familiares e suas perspectivas de futuro.

Escolas, unidades de saúde e serviços socioassistenciais, como os CRAS, são, na prática, os espaços públicos mais acessíveis a essas jovens. São nesses locais que elas já mantêm vínculos, buscam atendimento e podem ser acolhidas de forma precoce, contínua e humanizada.

O presente Projeto de Lei propõe organizar e fortalecer esse acolhimento, garantindo suporte emocional e psicológico de forma integrada, acessível e responsável. A iniciativa não incentiva a gravidez precoce, mas reconhece a necessidade de proteger adolescentes que já se encontram nessa condição, prevenindo agravamentos emocionais, evasão escolar e exclusão social.

A proposta foi construída com responsabilidade institucional, priorizando o uso de estruturas existentes, a atuação intersetorial e parcerias com universidades, entidades sociais e programas de formação, sem criar despesas obrigatórias ou interferir indevidamente na gestão administrativa.

Trata-se de medida de alto valor social, que promove cuidado, dignidade e proteção, contribuindo para que adolescentes grávidas recebam apoio adequado e tenham melhores condições de enfrentar esse período com saúde, informação e amparo.

Diante da relevância da matéria, solicita-se o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"

15 de dezembro de 2025

Adailton Cruz

**Deputado Estadual – PSB**